

CORPOS (DES)VIADOS SOB TONS DE CHUMBO

Tales Santos Pereira¹
André Luis Mitidieri Pereira²

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar a construção dos corpos (des)viados em produções poéticas situadas no contexto da ditadura cis-hetero-militar brasileira. Enquanto corpus de análise, selecionamos as obras *Piazzas* e *Coxas*, do paulistano Roberto Piva, e *Falo*, do potiguar Paulo Augusto. Para embasar nossas discussões sobre o cânone e os caminhos da crítica literária homoerótica, encontramos aporte nas discussões de Mário César Lugarinho, Antonio Pádua Dias da Silva e Paulo César Souza Garcia; também nos ancoramos nas reflexões sobre os mecanismos de produção da sexualidade no Ocidente propostas por Michel Foucault, Paul B. Preciado e Judith Butler. Acreditamos que, através de estratégias como a paródia, o desbunde e o escracho, essas poéticas (des)viadas resistem e subvertem a violência sistêmica e repressora do aparato civil-militar.

Palavras-chave: Poesia homoerótica; Resistência; Subversão.

INTRODUÇÃO

Retomar as memórias sobre a ditadura cis-hetero-militar brasileira³ constitui um gesto urgente e necessário, tendo em vista que nossa consciência histórica nacional sobre o período encontra-se adormecida, mal resolvida e, em muitos casos, propositalmente esquecida. Abordar o regime ditatorial brasileiro pela perspectiva das sexualidades dissidentes permite-nos analisar como a expressão do autoritarismo nacional elaborou estratégias de controle, repressão e normatização dos corpos em conformidade com o regime cis-hetero-patriarcal constituído no imaginário social. A proliferação de discursos sobre as sexualidades dissidentes, construídos pelo prisma da moral, da normalidade e dos bons costumes, embasados na tríade “Deus, Pátria e família”, foram instrumentos decisivos para a ação dos mecanismos de censura e violência contra tais corpos.

Durante muito tempo, as representações da dissidência sexual estiveram nas mãos de homens e instituições vinculados ao poder das hegemonias, o que levou à imposição de uma imagem social destes indivíduos como desvio do padrão culturalmente naturalizado e,

¹ Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Letras: linguagens e representações da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Bolsista CAPES, millethus@gmail.com;

² Professor orientador: Professor Titular de Literaturas Vernáculas no Curso de Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutorado em Letras, área de concentração em Teoria da Literatura, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: mitidierister@gmail.com.

³ Partindo das pesquisas de Renan Quinalha sobre ditadura e homossexualidades, Ricardo Alfonso-Rocha (2018) reescreve o conceito de ditadura hetero-militar daquele como ditadura cis-hetero-militar, no sentido de visibilizar a cisonormatividade que o regime ditatorial pois em funcionamento.

consequentemente, como nocivos e perigosos à sociedade. Fundados sob os princípios da moralidade e do nacionalismo, os discursos produzidos sobre os sujeitos e sexualidades dissidentes evocavam, então, conceitos como normalidade e natureza. Com a lei do normal e do natural, que instaura códigos e condutas para classificar e regular os corpos e as sexualidades, surge também o espaço da anormalidade, do desvio e da imoralidade.

A história dos anormais, dos (des)viados e dos imorais, contudo, não é uma sucessão de assujeitamento pacífico e adoração subserviente do poder das hegemonias. Em realidade, essa história se (re)inscreve no sentido de ver/ler/escrever a necessidade de resistir como possibilidade de trazer à tona modos de ser e viver invisibilizados, boicotados e marginalizados pela pena dos que escreveram a historiografia oficial.

No campo da literatura brasileira, o cânone, de modo geral, tende a seguir os discursos oficiais e a confirmar o imaginário social em torno desses sujeitos desviantes. Entretanto, nos subterfúgios literários que compõem caminhos na contramão, contemplar histórias e autores marginalizados permite-nos discutir as bases ideológicas sobre as quais a instituição literária escamoteia a violência contra os corpos dissidentes, tais como o etnocentrismo, o logocentrismo, o falocentrismo, para manter o seu afã universalista. Dentro desses princípios, certa “higiene universal” instalou-se no trabalho teórico e crítico da literatura para selecionar as obras, autores e temáticas que merecem compor o cânone nacional.

Nesse sentido é que nos propomos a investigar as poéticas (des)viadas escritas no contexto da ditadura cis-hetero-militar brasileira, em obras como *Piazzas* (1964) e *Coxas* (1979), de Roberto Piva e *Falo* (1976), de Paulo Augusto. Entendemos, *a priori*, que tais textos possibilitam enxergar os espaços e posicionamentos de resistência e subversão frente ao autoritarismo e à violência sistêmica operacionalizada pelas práticas de censura e repressão político-sexual. A literatura produzida pelas dissidências sexuais num período de ausência de liberdades democráticas e individuais permite-nos mobilizar perspectivas de como a linguagem literária pode ser um valioso instrumento para fazer/escrever/ser resistência.

Além disso, ao discutirmos a relação entre literatura, homoerotismo e ditadura militar – sendo este o nosso tema principal de estudo –, mobilizamos sentidos e epistemologias que privilegiam a alteridade, denunciando os enquadramentos monológicos e excludentes que se exercem violentamente na gestão do Outro, de suas subjetividades, conhecimentos, modos de ser e de se (auto)representar. Desse modo, os corpos e suas trajetórias (des)viadas burlam com a linearidade dos sistemas normativos de representação, elaborando modos e estratégias

criativas de subversão e resistência frente às tecnologias de poder e violência da ditadura cishetero-militar no Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho constiu-se de pesquisa bibliográfica qualitativa de cunho exploratório.

DESENVOLVIMENTO

A emergência dos Estudos Culturais, em meados dos anos 1970, trouxe novas perspectivas ao campo das Ciências Humanas. Deixando de lado o paradigma positivista na elaboração de uma cientificidade neutra, os objetos e metodologias dessa área de conhecimento sofreram redefinições ao compartilhar fronteiras com outros campos de saber. Além disso, as discussões propostas por correntes teóricas como o Pós-colonialismo, os Estudos de Gênero, os Estudos Gays e Lésbicos e a Teoria Queer, promoveram a visibilidade de novos sujeitos nas representações simbólicas, políticas e culturais.

No campo da literatura, a influência dos Estudos Culturais encontrou resistência nas disciplinas que integravam os Estudos Literários, como a Teoria, a Historiografia e a Crítica literárias. Enquanto outras disciplinas das Ciências Humanas acercavam-se e solicitavam os instrumentais da Crítica Literária e da Linguística, os pesquisadores da literatura restringiam o seu campo de atuação ao valor da tradição e ao problemático conceito de literariedade (LUGARINHO, 2002).

Com efeito, a literatura também sofreria influência do paradigma positivista. A partir do Formalismo Russo, pensou-se inclusive numa Ciência da Literatura, na qual o conceito de literariedade⁴ seria imprescindível ao tentar isolar características específicas da linguagem literária. Essa postura, na academia brasileira, resultou numa espécie de esquiva dos acadêmicos aos questionamentos propostos pelos Estudos Culturais, servindo para recusar “quaisquer revisões que modificassem o seu status quo” (LUGARINHO, 2002, p.53).

⁴ A “literariedade” do texto, herança do formalismo russo, mostrou-se frágil e questionável, porque os princípios que se perseguia para a qualificação de um texto como literário eram produtos de uma ordem histórica e cultural e que, portanto, se baseava num código exemplar de modelos bem realizados da literatura. Contudo, tal princípio vem sendo posto em cheque por supor-se que o discurso literário é uma ilusão, bem como o são os conceitos de “nação” e idioma” aos quais durante muito tempo a literatura foi fiel devedora (cf. COUTINHO, 2003).

A primazia do estético e a crença na literatura como realização sublime da linguagem alinhou-se à ilusão da totalidade, entranhada na concepção moderna da ciência. Conforme pontua Livia Maria Natália de Souza Santos (2011, p. 106):

Esta forma de produção de conhecimento no campo dos Estudos Literários, com destaque para a Teoria da Literatura, finda por formular a sensação desta disciplina como sendo uma grande mãe que a todos abarca, negando a possibilidade de pensar a produção literária a partir da inscrição de diferenças várias, nega-se a possibilidade de pensar a literatura através do recorte desta diferença, obliterando os vários sobrenomes que ela pode ter como forma de potencializar o campo e desenvolver outros critérios e percursos de estudos.

Decerto, a produção de agenciamentos de subjetividades antes impossibilitados de disputarem o campo das representações literárias, tensionam as metanarrativas hegemônicas, inscrevendo a contrapelo das versões oficiais da história, a existência e resistência das diferenças. Contra o sujeito pretensamente universalista ocidental, mulheres, negros, homossexuais e outros coletivos subalternizados reivindicam o direito de (se) representar, questionando uma visão de mundo calcada em centramentos hierárquicos e excludentes.

Desse modo, ao inserir a questão da representação das sexualidades dissidentes como chave de leitura, produção e crítica literária, verificamos o aparecimento de perspectivas teórico-críticas que problematizam a permanência de valores normativos, impositivos e excludentes na maneira de como se concebeu a questão do estético dentro dos Estudos Literários. Validados como universais, os códigos estéticos são constructos elaborados a partir das ideologias das classes hegemônicas dominantes, que os naturalizam a fim de justificar sua fixação e atemporalidade (SILVA; FERNANDES, 2011).

Abandonando os conceitos modelares que serviam para a sustentação de um cânone eurocêntrico, falocrático, racista, misógino e heteronormativo, a crítica literária renovou-se devido ao caráter reflexivo que lançou sobre os próprios princípios e do seu objeto de estudos. Por meio dessa discussão, o texto literário é tomado como prática discursiva num espaço mutável e contraditório, e qualquer incursão que se faça em seu entorno deve sempre levar em conta esse aspecto. Assim procedendo, a crítica literária tende a desintegrar os mitos erguidos em torno do discurso literário, colocados como algo de ordem natural, e corroboram uma visão de linguagem enquanto prática social e política.

Contemporaneamente, tem-se discutido dentro das academias o futuro da crítica literária em face de suas aproximações com a crítica da cultura. Se para alguns teóricos mais conservadores, essa deixou de ter funcionalidade por ter extrapolado os supostos limites de

atuação, para outros, tornou-se potencialmente produtiva, pois o estético passa ser compreendido ao lado do ético e do político.

No que concerne às representações literárias das sexualidades dissidentes, pela perspectiva da crítica cultural, é possível observar, de acordo com Paulo César Souza García (2014, p. 16), que

diferentes campos de saber tem se debruçado sobre as relações de subjetividades e de identidades, sobre os diferentes pertencimentos sociais e suas influências nas produção de leituras, de interpretações de narrativas, de poesias e de outras textualidades, como as midiáticas. Todos esses textos abordados em solos culturais são incitados por conceitos e posições tomados por focos de enunciação subjetivos que são situados nos entre-lugares discursivos e cujas vozes cada vez mais emergem, requerendo os direitos de ocupar territórios mais livres e menos reducionistas ao tratar das identidades sexuais.

É fundamental compreender como a sexualidade fora engendrada no Ocidente para entendermos os mecanismos que produzem as noções de desvio e anormalidade que acompanharam tão de perto o imaginário sobre as dissidências sexuais. Muito mais do que uma sucessão de interditos e repressão, a história da sexualidade no Ocidente aponta para relações mais complexas, território entrecruzado por posições de poder, saber e produção de verdades.

Em seus estudos sobre a sexualidade, Michel Foucault (1988) produz reflexões que revisam o que chama de “hipótese repressiva”, na qual a sexualidade é entendida somente em função da repressão sexual. Além disso, o filósofo discute se o poder somente agiria enquanto força de interdição, propondo que o dispositivo de sexualidade está atrelado a outros regimes que produzem verdades sobre sujeitos.

De fato, o pensamento foucaultiano não nega a existência da repressão sexual, inclusive aponta o século XVII como um dos mais repressivos na história do Ocidente. O que acontece é que, a partir do século XVIII, Foucault sinaliza para uma crescente proliferação discursiva em torno do sexo. Desse modo, o pensador francês formula que o poder age por outras vias, não se restringindo à interdição. Estimular a produção discursiva sobre os desejos permite controlar quem pode dizer, o que pode ser dito e em quais circunstâncias se diz sobre o sexo.

Consequentemente, além de ser objeto de juízo, o sexo passa a ser gerenciado pelo Estado, de modo a torná-lo produtivo. O controle das taxas de fecundidade e natalidade é exemplo contundente no qual o Estado materializa a gestão do sexo, fato que incide diretamente na regulação das práticas sexuais produtivas para o bom funcionamento da sociedade.

A vontade de saber-poder é regulada pelos dispositivos de produção de verdade, na medida em que o discurso sobre o sexo é produzido por lógicas de organização, valorização, distribuição e compartilhamento. Tal controle denuncia um temor evidente naquilo que, em sua natureza, o discurso revela de mais incontrolável e desordenado: as ingerências, as contradições, os lapsos, as falhas, as lacunas etc.

Nesse processo de produção de verdades, é necessário atentar-se para o fato de que

a construção da interioridade e das autoridades dos lugares sociais se dá pelo discurso, como não se questiona a dimensão do discurso como artifício, jogo e formulação de centramentos hierárquicos, ele vira cena de privilégio de instauração de conceitos fechados e ordenadores das diferenças a partir do eixo excludente da identidade (SANTOS, 2011, p. 109).


Naturalizados como verdades estáveis, os discursos produziram ficções poderosas sobre as quais se moldaram sujeitos e corpos. Para tanto, a lei e a norma operam como constantes performativas evocadas pelas autoridades sociais, delimitando quais sujeitos são produtivos para o bem estar social e quais devem ser interditados.

A noção de normalidade produz e subjetiva sujeitos, determinando códigos de inteligência normativos pelos quais os indivíduos devem regular suas vidas vivíveis. Estar dentro da norma significa ser assujeitado por ela e ser reconhecido enquanto corpo normal, disciplinado pelas instâncias de poder. Assim sendo, “a norma cria a realidade de forma ativa; de fato, apenas em virtude do seu poder reiterado de conferir realidade é que a norma se constitui como tal” (BUTLER, 2017, p. 709).

Conforme pensa Judith Butler (2017), a norma regula a inteligibilidade das práticas sociais em seu modo de agir, e age no sentido de estabelecer o que pode ou não aparecer no domínio do social. Operacionalizando como princípio normalizador, a norma esconde sua atuação, deixa-se ficar implícita, sendo muito mais visível pelos efeitos que produz; confunde-se com as instituições de poder que a solicita, no intuito de camuflar sua orientação menos perceptível.

Nesse sentido, Butler (2017, p. 714, grifo nosso) denuncia o outro movimento da norma quando aparenta apenas prescrever interdições:

Aqueles que regulam o discurso gay nas forças armadas também estão ativamente envolvidos na produção e na manutenção da norma que define o que é um homem ou o que é uma mulher; qual discurso pode existir; onde a sexualidade pode ou não existir. As regulações governamentais sobre a adoção por casais lésbicos e gays, assim como por pais/mães solteiros/as, não apenas restringem essas atividade, como se referem a, e reforçam um ideal de como os pais devem ser, por exemplo, que eles devem ter um/a parceiro/a e o que conta como parceiro legítimo. Assim, as



regulações que buscam apenas inibir atividades específicas [...] exercem outra atividade que, na maior parte, permanece apagada: *a produção de parâmetros de humanidade, ou seja, a produção de pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem as vidas que produzem – destroem.*

A anormalidade é também inscrita no mecanismo da normalização, espaço no qual habitam os sujeitos não sintonizados com as regulamentações e com o poder disciplinar do domínio social. Está aí contida a produção do regime de gênero e sexualidade no Ocidente, haja vista que o corpo normalizado deve corresponder aos códigos de inteligência e autenticação, gerados por uma matriz heterocentrada.

No entendimento ocidental da categoria de sexualidade, o termo natureza dispara um poderoso sistema binário e oposicional na configuração dos corpos e dos gêneros. Isso resulta numa crença biológica fundante do sexo que demanda dos órgãos genitais códigos sociais caracterizadores do gênero, isto é, pênis-homem-heterossexual e vagina-mulher-heterossexual. Esses binários opostos estabelecem uma relação causal entre sexo, gênero e desejo (PRECIADO, 2017).

Com efeito, os sujeitos que se desviam desse sistema simétrico de autenticação serão considerados abjetos, corpos descartáveis e sem direito a subjetivação positiva. Em nome da manutenção do *status* normativo da sociedade, a violência e o extermínio serão justificados contras as identidades e sexualidades dissidentes, pois tais existências não pesam na balança que define a humanidade dos sujeitos:

A cultura, em todas as formas de discurso, do jurídico ao científico, e dos meios de comunicação, ajuda na produção do 'abjeto' como um tipo de diferenciação na qual se confina o excluído. O excluído é produzido no discurso; seu lugar é o silêncio que, em termos sociais muito concretos, realiza-se na injustiça de não poder existir. Essa diferenciação precisa ser analisada e desmontada. Somente aí é que algo como a liberdade de existir como se é entrará em cena. Não apenas porque existem muitas pessoas fora da classificação, mas porque é preciso desmontar as classificações para dar lugar à expressão singular contra todo um campo da experiência silenciada e, assim, proibida de existir ou condenada à morte (TIBURI, 2016, p. 11).

Se é pelo discurso que se constrói o lugar da exclusão e do silenciamento, é pela mesma via que os sujeitos subalternizados assumem a potencialidade de suas vocalizações. Irrompem as malhas normativas dos mecanismos de produção de verdade para abrir caminhos alternativos, rotas (des)viadas no sentido contrário ao monologismo das narrativas hegemônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inscrever as vozes de travestis, bichas, sapatas, transexuais e outros sujeitos da dissidência sexual na constituição da memória brasileira, resulta num legítimo processo de revisitação histórica que denuncia os pilares controversos sobre os quais erigimos uma identidade nacional artificiosa e higiênica, dada a lapsos fortuitos de esquecimento.

Aqui interessa-nos aprofundar a irresponsável memória do Brasil em relação ao período de ditadura cis-hetero-militar brasileira. Num passado ainda presente, e que inclusive guarda monumentos, praças e avenidas dedicadas aos generais que governaram o país nos anos de chumbo, ainda convivemos com discursos que relativizam a expressão violenta do autoritarismo e o cerceamento das liberdades democráticas.

Revisitar a ditadura cis-hetero-militar brasileira pelo prisma das homossexualidades permite-nos discutir como os regimes autoritários produzem, violentam e exterminam corpos (des)viados para a manutenção da ordem, do progresso e da moralidade. Tais corpos foram tachados como perigosos, representando os vícios, a corrupção e a decadência da liberalização dos costumes que pretendiam destruir a nação brasileira.

Ostensivamente homofóbico, o regime militar brasileiro orientou seu imaginário sobre a pátria de acordo com a expressão do poder hegemônico masculino (AVELAR, 2014), regido por relações de violência, coerção e autoritarismo. A manutenção de normas de gênero estava, por certo, vinculada ao êxito desse projeto, haja vista que a concepção de “cidadão de bem” estava atrelada à obediência ao Estado autoritário, à conservação dos valores morais cristãos e à denúncia de atos imorais e ilícitos.

O processo de resistência e subversão dos dissidentes sexuais, durante o regime civil-militar brasileiro, pautou o corpo enquanto campo performático de luta política e experimentação artística. Contra a sisudez do autoritarismo, a censura moral e a imposição heteronormativa, os sujeitos (des)viados burlavam os padrões de gênero, fingindo incorporar as regras do jogo para torná-las risíveis dentro do próprio sistema que as construía. Não obstante, a paródia, o desbunde e o deboche faziam parte do arsenal de artistas, escritores e poetas inseridos nesse movimento contracultural.

Roberto Piva (1937-2010) apresenta uma produção poética contestadora e contracultural. Desde 1960, seus versos de vanguarda, ecoando poetas como William Blake, Charles Baudelaire e Allen Ginsberg, foram os primeiros a tratarem da homossexualidade nos territórios da poesia moderna brasileira de forma escancarada (TREVISAN, 2018). Em

Piazzas (1964), Piva cruza referências clássicas do homoerotismo (Marquês de Sade, Heliogábalo, o Imperador Adriano) com um cenário urbano exemplar, lugar de encontro e contemplação do erotismo e das descobertas, não obstante são recorrentes em seus poemas as imagens de Hieronymus Bosch, como em *Jardim das Delícias*. Publicado em 1979, *Coxas* é um intenso manifesto ao prazer, ao desejo que eclode violentamente contra uma cidade murada e sitiada pela opressão, mas que pela celebração político-erótica, resiste das formas mais subversivas nas quais o corpo se oferece como campo de atuação.

Assim sendo, o valor da transgressão na obra de Piva é basilar para a compreensão do seu modo de fazer poesia. Conforme sinaliza Alcir Pécora (2005, p.15, grifo nosso) na análise que empreende do poeta em questão:

O caminho da transgressão significa, nestes termos, supor que a literatura é, por excelência, o lugar onde ainda se sustenta e respira uma potência resistente à institucionalização da vida. Tanto o interdito de significação quanto o ritmo exaltatório estão ambos a serviço desse ato de proclamação, sem dúvida crente, de uma espécie de onipotência poética, exercida na liberação irrestrita e anárquica do sexo e de toda a sorte de excessos voluptuosos.

Inserido no movimento dos poetas marginais de 1970, o poeta potiguar Paulo Augusto lança a coletânea poética *Falo* (1996). Nessa obra, evocando o tom libertário e contracultural que fervia no horizonte cultural daquela geração, o poeta soa sua lira maldita para cantar a marginalidade, os corpos (des)viados na plena posse de seus desejos e vocalizações. De fato, a palavra poética assume a dupla função de gozo e libertação, haja vista que cantar as venturas de ser bicha desafia o coro unívoco dos regimes de repressão e normatização das sexualidades dissidentes.

Contra a violenta imposição da heteronormatividade e da masculinidade hegemônica, a bicha lírica (PEREIRA;MITIDIARI, 2018) de Paulo Augusto provoca a sisudez do sistema, despertando a força de desejos inomináveis e interditados a qualquer sinal de escape. A frescura ameaça a confraria dos machos plenamente constituídos, pois opera nas fronteiras desse território, desliza, confunde e implode conceitos sedimentados e, mais alarmente, pode levar esses varões ao caminho do desejo por outros homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os expedientes poéticos de Roberto Piva e Paulo Augusto são exemplos de resistência e subversão criativas, nos quais os corpos (des)viados configuram-se como arena de batalha,

porque tencionam os mecanismos hegemônicos de produção de verdades. Ao perturbar os sistemas normativos, tais autores abrem vias para as rotas desviantes, acessos não retilíneos para a compreensão do desejo, dos corpos, das sexualidades e do prazer.

Além disso, é possível discutir como os discursos autoritários agem na produção e interdição das representações das alteridades, bem como destacar o movimento de resistência dos subalternizados na construção de vias alternativas que contemplem suas vozes, histórias, subjetividades, modos de ser e conhecer. No espectro de cores espessas e cruas, de vozes monológicas e cadenciadas, os corpos (des)viados cintilam sob os tons de cinza, assumindo uma postura de vocalistas rebeldes e marginais que desandam a harmonia da ópera dos militares.

REFERÊNCIAS

AFONSO-ROCHA, Ricardo. *Bichas inauguram a utopia*. Trabalho de conclusão de curso – (Bacharelado em Direito). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2018.

AVELAR, Idelber. Revisões da masculinidade sob ditadura: Gabeira, Caio e Noll. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 43, p. 49-68, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323130679004>. Acesso em: 16 maio 2018.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. In: Izabel Brandão (Org.). *Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p.692-716.

CARDOSO, Lucileide Costa. Ativismo nas Letras: denúncias da violência do golpe de 1964 e da ditadura. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa. *Ditaduras: memórias, violência e silenciamento*. Salvador: EDUFBA, 2017.

COUTINHO, Eduardo F. Fronteiras imaginadas: o comparativismo e suas relações com a Teoria, a Crítica e a Historiografia literárias In: COUTINHO, Eduardo F. *Literatura comparada na América Latina*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p.69-79.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19. ed. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GARCÍA, Paulo César Souza. Apresentação. In: _____. *Literatura e representações do homoerotismo*. Salvador: EDUNEB, 2014. p. 15-26.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Trad. de Tereza Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1985.

LUGARINHO, Mário César. Crítica literária e os estudos Gays e Lésbicos: uma introdução a um problema. In: SANTOS, Rick; GARCIA, Wilton (Org.). *A escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2002. p. 51-58.

PÉCORA, Alcir. Nota do organizador. In: PIVA, Roberto. *Um estrangeiro na legião* (Obras reunidas). Org. de Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2005. 3 v. v. 1.

PEREIRA, Tales Santos; MITIDIARI, André Luis. Com o falo na boca: ativismo literário. *Litterata* – Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões, Ilhéus, v.2, n.1, p 183 – 199, jan./jun. 2018. Disponível em:
<http://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/1963>. Acesso em: 15 de set. de 2019.

PIVA, Roberto. Piazzas. In: PIVA, Roberto. *Um estrangeiro na legião* (Obras reunidas). Org. de Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2005. 3 v. v. 1.

PIVA, Roberto. Coxas. In: PIVA, Roberto. *Mala na mão & asas pretas* (Obras reunidas). Org. de Alcir Pécora. São Paulo: Globo, 2005. 3 v. v. 2.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

SANTOS, Livia Maria Natália de Souza. Poéticas da diferença. *A cor das letras*, Feira de Santana, v.12, n.1, p. 105-124, 2011. Disponível em:
<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/1487>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

SILVA, Antônio Pádua Dias da; FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque. Crítica literária ou cultural? Caminhos críticos da literatura de temática gay. *Crítica Cultural (Critic)*, Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 129-141, jan./jul. 2011. Disponível em:
http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/729. Acesso em: 25 de maio de 2018.

SILVA, Paulo Augusto da. *Falo*. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 4ª. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TIBURI, Márcia. Por uma política do desejo. *Cult: Edição Especial*, São Paulo, ano 19, n. 6, p. 12-15, jan. 2016.